30.outubro.2012 – 18h30

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Cena - Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual (Adriano Aguiar e Alexandre Oliva); Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos (João Barreiros); Movimento Eu Fiz Parte e Não Me Pagam (Julieta Guimarães e Sérgio Gregório); Materiais Diversos (Tiago Guedes); Rede (Francisco Camacho) e Nuno Guedes

Recebido por: Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos eventos "Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura e Braga 2012 – Capital Europeia da Juventude": Deputados Gabriela Canavilhas (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Altino Bessa (CDS-PP), Agostinho Lopes (PCP) e Catarina Martins (BE)

Assunto: Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura

Exposição: Os representantes do Cena - Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual, Adriano Aguiar e Alexandre Oliva, referiram-se aos sucessivos atrasos nos pagamentos dos honorários acordados com os artistas que trabalharam para o sucesso do evento Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura, o que corresponde, segundo consideraram, a um estrangulamento para estes profissionais e para as estruturas. Fizeram ainda alusão à expetativa dos artistas que, num ano de fortes restrições económicas no setor cultural, percecionavam esta iniciativa como um balão de oxigénio para a criação e divulgação artística, o que não veio a concretizar-se, sendo que muitos deles se viram forçados a recorrer a empréstimos bancários.

Consideraram ainda pouco sério o comportamento dos representantes da Fundação, face ao incumprimento dos compromissos contratuais, à falta de comunicação ou de justificação para esta situação e também ao tratamento desigual relativamente às diversas estruturas. Apontaram o caso do Opus Ensemble, um grupo que atuou em Guimarães e que recebeu, poucas horas antes da entrada em palco, a indicação de que não receberiam os respetivos honorários, sem qualquer explicação para a rutura unilateral do contrato.

O representante dos Materiais Diversos, Tiago Guedes, referiu-se aos trabalhos encomendados pela Capital Europeia da Cultura e cujos projetos foram escrupulosamente cumpridos, nas datas previstas, pese embora os pagamentos tenham sido efetuados com atraso, e alguns deles ainda não pagos. Assim, considera que estes atrasos fragilizam as estruturas do setor da cultura, obrigando muitas delas a recorrer ao crédito bancário.

Os representantes do Movimento Eu Fiz Parte e Não Me Pagam, Julieta Guimarães e Sérgio Gregório, fizeram referência aos atrasos nos pagamentos dos trabalhos efetuados pelo grupo "Erva Daninha", cujo valor em dívida ascende a 18.000€ e aos constrangimentos daí decorrentes. Referiram-se ainda à disparidade de critérios nos pagamentos, sendo que algumas estruturas receberam a totalidade do valor contratualizado. Assim, denunciaram uma atitude, que consideram ingrata para com os artistas.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, João Barreiros, chamou a atenção para a situação em que vivem algumas companhias, com a perspetiva de deixarem de trabalhar. Fez ainda referência à disparidade de critérios de pagamento, considerando que a pressão e a ameaça produzem resultados. Questionou ainda sobre a justificação para o atraso

nos pagamentos e quis ainda saber se se confirma o prolongamento, por mais seis meses, da Capital Europeia da Cultura.

O representante da Rede, Francisco Camacho, fez referência à situação insustentável em que se encontra a estrutura de produção e criação artística EIRA, provocada pelo incumprimento das obrigações contratuais, no âmbito da programação de Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura. Os atrasos nos pagamentos obrigaram ao recurso ao crédito bancário, com os respetivos encargos adicionais com juros. Afirmou ainda que a realização do projeto para a Capital Europeia da Cultura, que parecia ser um estímulo à manutenção de um núcleo artístico dinâmico, veio ditar o fim de um conjunto de condições laborais e artísticas desta estrutura, obrigando-a a abandonar o espaço onde estava instalada e a despedir toda a equipa.

O cenógrafo Nuno Guedes manifestou a sua solidariedade aos artistas que colaboraram neste projeto e que se encontram numa situação financeira difícil, por força dos sucessivos atrasos nos pagamentos.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) transmitiu a sua solidariedade aos artistas e disse estar a par das dificuldades surgidas com as verbas do QREN, considerando que existem falhas na equipa da CCDR. Questionou ainda se existiram adendas aos contratos e com que entidade ou entidades foram celebrados esses contratos. Afirmou, por último, que estes constrangimentos são recorrentes em iniciativas deste género, pese embora entenda que este evento beneficiou, não apenas aquela região, mas todos os portugueses.

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD) manifestou a sua surpresa em relação à dualidade de critérios de pagamento, considerando que se trata de um problema de gestão e lamentou que Guimarães 2012 não tenha correspondido a um momento de relançamento da produção artística, como previsto. Esclareceu, por último, que o Parlamento não pode responder sobre o a disponibilização das verbas do QREN, lembrando, no entanto, ter ouvido elogios ao Governo, em agosto último, relativamente ao reforço da dotação inicial.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) lembrou que este não é um problema novo, tendo o BE questionado o Governo, sobre esta questão, no primeiro semestre de 2012. Considerou incompreensível a atuação da Fundação Cidade de Guimarães, entendendo que os critérios devem ser claros, e fez ainda referência à forma leviana como este assunto tem sido tratado. Por último, questionou os diferentes audientes sobre se existe a indicação de que a Fundação paga os juros dos pagamentos em atraso e quis saber se houve alteração formal dos contratos.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes (PCP) considerou que existe um problema de gestão e de funcionamento do QREN. Perguntou também se todos os artistas e estruturas contratualizaram com a mesma entidade ou se com entidades diferentes.

O Sr. Deputado Altino Bessa (CDS-PP) fez referências às várias perguntas que dirigiu à Fundação sobre as temáticas agora expostas e sobre outras relativas à rescisão de contratos e a financiamento, afirmando que as respostas têm sido insuficientes e insatisfatórias. Considerou ainda que existiu uma programação deficiente em todo este processo, sendo que 14 candidaturas deram entrada apenas entre fevereiro e maio de 2012. Por último, fez referência ao facto de a Fundação não aplicar o corte de subsídio de férias aos seus administradores.

Os representantes das várias estruturas esclareceram que os contratos foram celebrados, maioritariamente com a Oficina, mas também com a Fundação e com associações locais. Afirmaram que não há pagamento de juros, no caso de atrasos nos pagamentos, e não existiram adendas aos contratos. Disseram ainda desconhecer os montantes em dívida aos vários artistas ou estruturas.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio e a documentação entregue, encontra-se disponível na página da Comissão, na Internet.

Palácio de São Bento, 30 de outubro de 2012

A assessora da Comissão
Cristina Tavares